

# cescontexto

## "Diferentes formas de dizer não"

Expressões de conflitos ambientais de mineração  
e petróleo em Portugal e na América do Sul

### Organização

Adriana Bravin  
Lúcia Fernandes

### Edição

Sara Rocha

Nº 17

Maio, 2017

# Debates

[www.ces.uc.pt/cescontexto](http://www.ces.uc.pt/cescontexto)



## Agradecimentos

Queremos prestar os nossos agradecimentos a todos aqueles e aquelas que permitiram a concretização desta publicação e a realização do Seminário e Fórum público “Diferentes formas de dizer não: conflitos da mineração”.

Agradecemos a toda a equipa do Centro de Estudos Sociais, em particular, aos gabinetes de Eventos Comunicação e Imagem (GECI), de Tecnologias de Informação (GTI) e Gabinete Financeiro (GF) pelo apoio fundamental que prestaram.

Ao ENTITLE - Rede Europeia de Investigação de Ecologia Política, pelo apoio financeiro para a realização do evento.

À Stefania Barca e à Oficina de Ecologia e Sociedade, grupo de trabalho informal no CES, um lugar partilhado entre investigadores/as e estudantes do CES e da UC e ativistas ecologistas da região de Coimbra.

À Sofia Bento, do Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIOUS, Universidade de Lisboa) e ao Francisco Bernardes, do Centro de Tecnologia Mineral (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Brasil), investigadores no projeto exploratório Ambiente em Movimento, que tem como um dos enfoques os conflitos da mineração em Portugal.

À Ana Raquel Matos, investigadora do CES, pela coorganização do evento junto com as autoras desta publicação.

À Sara Rocha, mestranda da Universidade de Coimbra, pelo apoio na edição do número, nomeadamente, pelos comentários, por todo o trabalho de revisão dos textos e de formatação do documento e pela colaboração, em parceria, enquanto membro da Associação Coimbra em Transição, na organização de outros eventos no âmbito desta publicação.

À Adelaide Chichorro, professora auxiliar do Grupo de Estudos Germanísticos da Universidade de Coimbra, pelo apoio na revisão inicial de alguns dos textos.

À Julianna Malerba que generosamente “nos emprestou” o título do livro por ela organizado para batizar o evento que resultou na presente publicação. O livro “Diferentes Formas de Dizer Não - Experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral”<sup>1</sup> foi publicado pela Organização Não-Governamental FASE, no Brasil, em dezembro de 2014.

Às pessoas que se disponibilizaram a participar com seus testemunhos e comunicações e partilhar as suas experiências e os seus trabalhos de investigação.

Agradecemos a adesão do público em geral ao evento e às iniciativas associadas que originaram esta publicação.

<sup>1</sup> Obra disponível em: <http://fase.org.br/pt/acervo/biblioteca/9420/>

# Índice

*Adriana Bravin e Lúcia Fernandes*

Apresentação..... 5

## **I - Conflitos ambientais e a voz dos movimentos de luta contra a mineração e o petróleo em Portugal**

*Lúcia Fernandes*

Mapear *diferentes formas de dizer não*: notas sobre a co-construção do conhecimento dos conflitos ambientais em Portugal..... 12

*Associação Ambiente em Zonas Uraníferas*

A AZU e a recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas em Portugal ..... 25

*António Minhoto*

O caso das minas da Urgeiriça e a luta dos ex-trabalhadores da ENU ..... 30

*José Janela*

Contra a exploração do urânio em Nisa: uma luta vitoriosa..... 34

*Stephen Hugman, Dieter Malter, Mathilde Mira*

Monchique diz não à mineração. “Salve Monchique de mãos gananciosas” ..... 38

*José Miguel Oliveira e Fátima Pinhão*

A luta contra a ameaça de exploração de caulino em Bonitos (Soure)..... 46

*Maria Teresa Aça de Matos*

A formação da PALP no contexto da luta contra a exploração de petróleo no Algarve ..... 56

## A AZU e a recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas em Portugal

### Associação Ambiente em Zonas Uraníferas<sup>1</sup> ambiente.zonas.uraniferas@gmail.com

**Resumo:** Neste relato, a Associação Ambiente em Zonas Uraníferas (AZU) aborda os problemas ambientais e a evolução do processo de requalificação das minas de urânio feita pelo Estado português, após as inúmeras reivindicações da associação. Há casos de minas ainda sem intervenção e que apresentam problemas ambientais graves, sendo que o prazo determinado para a requalificação das 61 minas de urânio abandonadas terminou no ano de 2013.

**Palavras-chave:** minas, urânio, recuperação ambiental, Urgeiriça, AZU.

### Introdução

Vencido o tempo áureo do urânio (no qual o urânio aparece como motor de desenvolvimento local, como suporte de projetos de vida e numa altura em que se pode falar da quase inexistência da questão ambiental), é no tempo contestado do urânio que hoje nos situamos. Momento esse em que a exploração e o tratamento do urânio cessam, e se tornou mais premente ainda a questão ambiental, ou seja, a necessidade de atender ao passivo ambiental gerado pela atividade mineira em Portugal. (Mendes e Araújo, 2013: 79)

A Associação Ambiente em Zonas Uraníferas (AZU) surge a 11 de fevereiro de 2003, na Urgeiriça, após o encerramento da Empresa Nacional de Urânio (ENU), em 2001, e da exploração dos jazigos urano-radíferos em minas da Região Centro – por exemplo, nas minas da Urgeiriça, Bica, Castelejo, Cunha Baixa, Quinta do Bispo e Pinhal de Soto (Romão *et al.*, *apud* Mendes e Araújo, 2013). Foi na sequência de um Simpósio realizado na Casa de Pessoal da ENU, na Urgeiriça, em 2003 – onde estiveram presentes, entre outros, vários professores catedráticos das Universidades de Coimbra e de Lisboa, ligados quer ao Departamento de Geologia, quer ao antigo Instituto Tecnológico Nuclear (que desde 2011 passou a fazer parte do Instituto Superior Técnico), em que se debateu o futuro das áreas mineiras deixadas ao abandono e dos resíduos de urânio nelas contidos – que um grupo de cidadãos e cidadãos locais resolveu reunir-se para conversar sobre aqueles problemas. Posteriormente, em reunião pública realizada no mesmo local, foi criada e formalizada a

<sup>1</sup>Associação fundada em 2003 para acompanhar e garantir que o trabalho de requalificação das antigas minas de urânio da Região Centro é realizado, tendo um particular foco na segurança para a saúde e o ambiente e, em alguns momentos, tem também denunciado as irregularidades ocorridas no cumprimento do que foi previsto. A Associação articula os seus objetivos com outras lutas relacionadas como urânio, por exemplo, em Nisa (Portugal) e Almaraz (Espanha), e outras questões ambientais, como a gestão da água no Rio Tejo. O artigo reflete o trabalho e visão da associação sobre sua atuação, por este motivo não é assinado por algum dos seus integrantes, o que foi concordado com Joana Travessas, que foi a oradora do evento.

AZU, que assume como símbolo a radioatividade (AZU, 2011). A mobilização deste grupo de pessoas teve como resultado a exigência de que as entidades legalmente responsáveis pela recuperação ambiental das áreas afetadas às minas de urânio abandonadas na Região Centro (concelhos de Viseu, Guarda, Coimbra) efetivassem de forma adequada esse mesmo trabalho de recuperação.

## **As minas de urânio na Urgeiriça: um problema ambiental e de saúde pública**

Durante décadas, a exploração do urânio na Barragem Velha da Urgeiriça, concelho de Nelas (Viseu), bem como em todas as minas da zona, levou à deposição dos resíduos radioativos em escombrelas, bem como à formação de bacias de decantação resultantes do processo de lixiviação *in situ* do minério. Na sequência do encerramento da ENU na zona da Urgeiriça, as 56 concessões mineiras que aí se estabeleceram geraram um passivo estimado em 7,8 milhões de metros cúbicos de efluentes líquidos e resíduos sólidos, resultantes da extração ou do tratamento desses minérios (Carvalho, 2011).

A forma como o processo de encerramento das minas se desenrolou na Urgeiriça, com o abandono dos locais afetados às minas, levou a AZU a questionar o destino destes resíduos perigosos deixados na Barragem Velha, em Canas de Senhorim, tendo por base a identificação de situações graves de risco ambiental e de saúde pública. Reivindicou também que fossem realizadas decapagens de arruamentos, saneamentos e recomposições de terrenos de modo a que ficassem com valores admissíveis de radioatividade.

Mas o problema não se encontrava só em Urgeiriça, onde começou a ação da AZU. De acordo com o estudo de 2001, do Departamento de Proteção Radiológica e Segurança Nuclear, intitulado “Contaminação Radioativa nas Áreas Mineiras Uraníferas”, constatou-se que os impactos ambientais das minas da Região Centro devem-se, principalmente, às escombrelas e aos resíduos de tratamento químico do urânio (Carvalho *et al.*, 2001). O estudo concluiu ainda que os locais apresentavam: 1) nível radiológico acima do permitido por lei, devido à existência de material contaminado à superfície; 2) águas ácidas contaminadas pelo rádio e por metais pesados; 3) contaminação radioativa do solo, dos cursos de água e lençóis freáticos; 4) poeiras com material contaminado que facilmente dispersavam por ação do vento.

Além dos riscos ambientais e de saúde pública foram também identificadas graves deficiências ao nível da segurança: 1) inexistência de perímetros de segurança devidamente delimitados; 2) entrada das minas subterrâneas sem qualquer restrição ou controlo à entrada; 3) sinalização deficiente e deixada ao abandono; 4) escombrelas com falta de estabilidade; 6) alterações negativas provocadas na paisagem; 7) utilização da água da mina pelas populações para a rega dos locais de cultivo; 8) utilização, por crianças, dos lagos formados pela água contaminada, para aí tomarem banho e brincarem.

## **O longo percurso de luta da população pelo correto encerramento das minas**

Perante todas as situações anteriormente identificadas, e posterior denúncia mediante intervenções junto da Assembleia da República, exigindo a recuperação ambiental de todas as minas, o Parlamento Português aprovou, em 2001, a Resolução da Assembleia da

República nº 34/2001, obrigando à realização de ações de recuperação ambiental pela ENU em todas as minas de urânio abandonadas.

Para o cumprimento desta recomendação, é também aprovado o Decreto-Lei nº 198-A/2001, de 6 de julho de 2001, que legisla sobre a concessão à Empresa de Desenvolvimento Mineiro (EDM) da recuperação ambiental das minas, e em que o Estado reconhece que:

Após várias décadas de exercício da atividade mineira em Portugal, gerou-se um passivo ambiental muito significativo, agravado, ainda, pelos riscos potenciais, decorrentes da falta de um adequado processo de recuperação ambiental das áreas abrangidas, que pode trazer para as populações e para os ecossistemas envolventes. O reconhecimento da gravidade da situação e da urgência em encontrar meios adequados de reposição do equilíbrio ambiental destas áreas constituiu um importante fundamento da iniciativa legislativa. (Decreto-Lei nº 198-A/2001: 4084-2)

Em 2004, perante a passividade dos órgãos estatais portugueses no cumprimento do referido Decreto-Lei, a AZU procede à instauração de uma queixa-crime contra o Estado português junto da Comissão Europeia. Na sequência da qual “o comissário europeu do ambiente, Stavros Dimas, em março de 2005, ameaça apresentar queixa contra Portugal devido aos atrasos nas obras de requalificação ambiental previstas para as minas de urânio desativadas na região Centro” (Ambiente Online, 2005, *apud* Mendes e Araújo, 2010). Esta ameaça não se concretizou.

Durante anos, a AZU mantém a pressão perante os responsáveis pela recuperação ambiental, chamando a atenção para a necessidade urgente do início dos trabalhos, tal como definido no Decreto-Lei nº 198-A de 2001. Atualmente, passados quase 15 anos desde a publicação da legislação, e apesar do trabalho já efetuado pela EDM, ainda permanecem minas por requalificar, ainda que anteriormente tenha sido estipulado o ano de 2013 para o término dos trabalhos de recuperação, acabando por o mesmo ter sido protelado para 2020.

Várias ações foram levadas a cabo pela AZU desde então, no sentido de sensibilizar as populações e de pressionar os órgãos responsáveis: a 8 de dezembro de 2012, realizou-se um evento comemorativo “AZU - 10 anos de existência ao serviço do ambiente” que contou com uma visita à recuperação ambiental da zona da Urgeiriça e Barragem Nova; uma sessão pública em defesa do ambiente junto à Barragem de Valinhos e Ribeira da Pantanha; um colóquio “Relato dos 10 anos da atividade da AZU em defesa do ambiente”, seguido de um debate sobre questões ambientais mais gerais entre as organizações ambientais convidadas, nacionais e internacionais, sob o tema “A defesa da água como um bem público”. A 12 de maio de 2013, a Associação realizou a “Caminhada em defesa do ambiente – da nascente até à foz – contra a poluição da Ribeira da Pantanha”, mostrando o alargamento do seu âmbito de atuação na área ambiental, neste caso, à questão da poluição da Ribeira da Pantanha, Nelas, pelos efluentes industriais da Empresa Borgstena, situação que põe em causa o ecossistema local, bem como o rio Mondego.

A 14 de junho de 2014, no âmbito da comemoração do Dia do Ambiente, a AZU realizou o “Roteiro das Minas de Urânio” que, para além de dar a conhecer a realidade das minas dos concelhos de Nelas, Mangualde e Tábua, teve também o objetivo de chamar, mais uma vez, a atenção para as minas ainda não recuperadas e para a urgência das intervenções de recuperação, as quais têm sido sucessivamente adiadas, como por exemplo as minas de Mondego Sul e Quinta do Bispo, que só verão essa obra efetuada em 2015/2020. Em 2015, a AZU realizou a Sessão Pública “Solução para a Poluição da Ribeira da Pantanha e do Rio Mondego”, novamente atuando sobre outras questões ambientais não relacionadas com a mineração de urânio na Região Centro, o seu principal foco de ação.

A organização tem articulado a sua atuação com a da Associação dos Ex-Trabalhadores das Minas de Urânio (ATMU), já que António Minhoto é presidente de ambas as associações e intervindo assim sobre os problemas ocupacional/laboral e ambiental que, apesar de serem tratados de maneira separada pelas duas associações, são vistos por ambas como questões interligadas e que podem ser trabalhadas em alguns momentos de maneira conjunta.

A Associação também participa e está articulada a outros movimentos e lutas em Portugal, nomeadamente o Movimento Urânio em Nisa Não (MUNN), de Nisa, conforme texto de José Janela neste volume da Cescontexto, que explicita ações conjuntas realizadas. Articula-se e apoia os movimentos Pró-Tejo, nas questões relacionadas à gestão da água e poluição deste rio, e os movimentos espanhóis que atuam sobre questões relacionadas ao urânio, por exemplo, na luta pelo encerramento da central nuclear em Almaraz (desde 2013, conforme elucida a Imagem 1) e contra a abertura da mina de urânio perto de Retortillo e Villavieja de Yeltes, na província de Salamanca.



Imagem 1. Manifestação pelo encerramento da central nuclear de Almaraz, Cáceres, a 11 de junho de 2016.

Fonte: AZU.

Em 2016, a Associação continuou a insistir na urgência do processo de recuperação das minas, tendo promovido uma concentração nas minas de urânio de Mondego Sul em Ázere/Tábua no dia 4 de junho, na sequência da qual voltou a enviar ao Ministério do Ambiente uma exposição reclamando o encerramento do dossier.

Manterá, pois, as reivindicações e as ações de protesto junto ao Estado e a EDM até que se certifique de que todas as ações previstas de recuperação das minas estejam concluídas, para a garantia da proteção à saúde e ambiente da Região Centro.

## Referências bibliográficas

Associação Ambiente em Zonas Uraníferas (2011), “O que é a AZU?”, Página consultada a 05.07.2016, disponível em <http://azu-ambiente.blogspot.pt/2011/08/o-que-e-azu.html>.

Carvalho, Fernando da Piedade (2011), “Past Uranium Mining in Portugal: Legacy, Environmental Remediation and Radioactivity Monitoring”, *International Atomic Energy Agency, The Uranium Mining Remediation Exchange Group (UMREG)*, selected papers 1995-2007, 145-1155. Versão eletrónica consultada a 05.07.2016, disponível em [http://www-pub.iaea.org/MTCD/Publications/PDF/P\\_1524\\_CD/PDF/STI\\_PUB\\_1431.pdf](http://www-pub.iaea.org/MTCD/Publications/PDF/P_1524_CD/PDF/STI_PUB_1431.pdf).

Madrugá, Maria José; Carvalho, Fernando; Reis, Mário; Alves, João; Corisco, José; Lopes, Irene; Abrantes, João; Oliveira, João Maria; Silva, Lídia; Portugal, Luís; Malta, Margarida; Santos, Marta; Romanets, Yuriy; Libânio, Albertina; Mourato, Anabela; Silva, Gabriel; Batista, Alfredo; Gomes, Ana Rita; Andrade, Eva; Carvalhar, Gonçalo; Pereira, Miguel (2001), *Contaminação radioativa de áreas mineiras uraníferas, Instituto Tecnológico e Nuclear*. Sacavém: Departamento Proteção Radiológica e Segurança Nuclear.

Decreto-Lei nº 198-A/2001 de 6 de julho. Diário da República nº 155 – Série I-A, Suplemento. Ministério da Economia. Lisboa.

Mendes, José; Araújo, Pedro (2013), “As minas de urânio em França e em Portugal”, *CEScontexto-Estudos*, 3, 55-109.

Resolução da Assembleia da República nº 34/2001 de 2 de Maio. Diário da República nº 101 – I Série A. Assembleia da República. Lisboa.